



Aprovada PEC que facilita o repasse de emenda a município

Acordo permitiu votação em dois turnos no mesmo dia. Proposta, que segue para a Câmara, simplifica a transferência de recursos do Orçamento da União para prefeituras e governos estaduais

No dia em que prefeitos de todo o país participaram da 12ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o Plenário do Senado aprovou uma proposta de emenda à Constituição que permite a transferência direta de recursos federais a estados e municípios, por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. Um acordo de líderes permitiu a votação da PEC em dois turnos no mesmo dia.

O texto prevê que os recursos poderão ser transferidos sem a necessidade de firmar convênio com um

órgão intermediário.

O repasse será feito de duas formas: como doação, quando um parlamentar apenas encaminhar um valor para que o governo ou a prefeitura use como preferir, ou com finalidade definida, quando a verba for carimbada pelo congressista para um uso específico. Nesse último caso, o dinheiro não poderá ser usado para pagamento de pessoal.

Senadores comemoraram a aprovação da PEC, que deve desburocratizar a transferência de recursos e pode ajudar municípios. **3**



Roberto Amaral/USP

Para senadores, a proposta vai desburocratizar o repasse voluntário de senadores e deputados a estados e municípios

Esporte inclusivo deve receber mais verbas

Proposta que destina mais recursos das loterias para investimento no desporto escolar e na inclusão desportiva de pessoas com deficiência foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça. **6**

Engenheiros dizem que Vale não sabia de risco

Dois engenheiros da Vale negaram ontem em audiência pública que a empresa tivesse conhecimento sobre o risco de rompimento da barragem de Córrego do Feijão. Mas foram contestados pelo relator da CPI de Brumadinho, o senador Carlos Viana. **5**



Arthur Moreira/Agência Senado

Mulheres vítimas não dependerão de delegacias para serem protegidas

Medidas de proteção à mulher deverão se tornar mais ágeis

Vai à sanção proposta que agiliza a adoção de medidas de proteção à mulher e a seus dependentes em casos de violência familiar ou domés-

tica. O texto dá mais poder a autoridades do Judiciário e policiais para determinar ações como o afastamento imediato do agressor. **3**

Normas para reabilitação pela equoterapia seguem à sanção

A regulamentação da equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência foi aprovada ontem em Plenário. Para o

autor da proposta, senador Flávio Arns, a interação com o cavalo desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima. **3**



Roberto Amaral/USP

Projeto de equoterapia em Piracicaba (SP) auxilia pessoas com deficiência

Uso racional de energia recebe aval em comissão 8

PEC da Previdência terá colegiado instalado hoje 4

Relator é favorável a nova estatal para espaço aéreo 7

TV Senado amplia presença no interior com sinal aberto 5

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Davi promete empenho do Senado pelos municípios

Na Marcha dos Prefeitos, presidente da Casa destacou a aprovação de PECs que garantirão recursos às cidades. O presidente Bolsonaro pediu apoio à reforma da Previdência, junto com Rodrigo Maia, da Câmara

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, prometeu empenho do Senado na luta pelo fortalecimento dos estados e das cidades. Na abertura da 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ontem, Davi apontou a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo (PEC 34/2019) como uma medida que garantirá mais recursos para os municípios.

— Embora alguns possam argumentar que a retirada de autonomia do governo federal sobre parte do seu orçamento possa comprometer determinados investimentos, creio, por outro lado, que isso representará um importante

passo na descentralização dos recursos para os municípios.

Já aprovada no Senado, a proposta determina a execução das emendas de bancada ao Orçamento. Como os senadores alteraram o texto que saiu da Câmara, a PEC ainda precisa passar por nova análise dos deputados.

Davi ressaltou ainda a votação pelo Senado da proposta que autorizará que emendas ao Orçamento sejam alocadas diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com a indicação do ente federativo a

ser beneficiado (PEC 61/2015).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também participou da chamada Marcha dos Prefeitos e defendeu a aprovação da reforma da Previdência.

— Alguém acha que cada um de nós tem um prazer enorme de votar a reforma da Previdência como se fosse uma grande agenda de futuro para o Brasil? Não. A reforma da Previdência vem organizar o que foi construído ao longo dos últimos anos. E que se nada for feito em relação à Previdência, que também impacta estados e municípios, nenhum de nós, políticos, vai conseguir sair na rua nunca mais — disse.

No evento promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez um apelo para que os prefeitos apoiem a aprovação da reforma.

— Nós precisamos de todos os senhores e as senhoras. Temos uma encruzilhada pela frente. Como disse Rodrigo Maia, gostaríamos de não ter que fazer a reforma da Previdência, mas somos obrigados a fazê-la.



Davi Alcolumbre na abertura da XXII Marcha em Defesa dos Municípios

Comissão Mista de Orçamento será instalada hoje

Com a leitura ontem no Plenário do Senado dos nomes de senadores e deputados escolhidos para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), o colegiado deverá ser instalado hoje. Ainda estão pendentes algumas indicações.

Este ano, a comissão terá 10 senadores e 31 deputados (com o mesmo número de

suplentes). A Câmara terá um representante a mais que em anos anteriores para atender a proporcionalidade de partidos. O presidente do colegiado será o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Os senadores indicados até o momento são: Marcelo Castro (MDB-PI), Luiz do Carmo (MDB-GO), Izalci Lucas

(PSDB-DF), Elmano Férrer (Pode-PI), Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), Angelo Coronel (PSD-BA) e Jean Paul Prates (PT-RN). Os suplentes são: Eduardo Gomes (MDB-TO), Mecias de Jesus (PRB-RR), Mara Gabrilli (PSDB-SP), Rose de Freitas (Pode-ES), Major Olimpio (PSL-SP), Carlos Viana (PSD-MG) e Jaques Wagner (PT-BA).

Alvaro Dias defende reforma do pacto federativo

Alvaro Dias (Pode-PR) manifestou apoio à reforma do sistema federativo, pauta defendida pelos prefeitos que participam da 22ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O senador também defendeu a aprovação do projeto dele que proíbe a União de instituir qualquer despesa para os municípios sem garantir a respectiva fonte de recursos (PLS 230/2009).

— A constatação é perversa. 65% do total da receita nacional fica nos cofres da União. É uma concentração abusiva.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Esperidião Amin presta homenagem a Konder Reis

A Câmara de Vereadores de Itajaí (SC) apresentará, a partir de amanhã, uma exposição em homenagem ao ex-governador de Santa Catarina Antônio Carlos Konder Reis (1924-2018). A iniciativa foi elogiada ontem por Esperidião Amin (PP-SC).

De acordo com o senador, Konder Reis teve papel importante na reconstrução de Santa Catarina após as enchentes de 1983 e 1984.

— Ele é um exemplo de vida pública com todas as vocações para bem servir, respeitar o cidadão e dar a melhor destinação possível aos recursos.

Lucas Barreto destaca vida de Acácio Favacho

Lucas Barreto (PSD-AP) homenageou Acácio da Silva Favacho, que faria 100 anos se estivesse vivo, destacando sua trajetória no Amapá.

— Em 1957, deixa sua comunidade, Prainha de Fora, no município de Chaves, e vem para Macapá, onde foi contratado para trabalhar em Serra do Navio, na Icomi, empresa do ramo de mineração. Em 1967, Acácio foi transferido para trabalhar nas instalações da Icomi no município de Santana, onde exerceu suas atividades até 1984, quando se aposentou.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gráfica imprime **Jornal do Senado** em braille, distribuído a 160 entidades

Publicações em braille ampliam a inclusão do deficiente visual

A 106ª edição do **Jornal do Senado** em braille vai para a gráfica nesta semana, em que se comemorou o Dia Nacional do Braille, na segunda-feira. A linguagem braille é um processo de escrita que permite que os cegos ou pessoas com baixa visão possam ler.

A versão em braille do **Jornal do Senado** nasceu em 2008 e é publicada mensalmente. Distribuída de maneira gratuita a 160 entidades voltadas aos deficientes visuais, traz um resumo das reportagens mais relevantes de cada mês. Após a seleção feita pelos editores do jornal,

o material é enviado ao Serviço de Impressão em Braille da Gráfica do Senado, que formata, imprime e revisa os impressos. Dessa equipe fazem parte servidores com deficiência visual. O Senado também oferece a órgãos públicos, gratuitamente, textos legislativos em braille como a Constituição, entre mais de cem títulos.

A linguagem foi criada pelo francês Louis Braille em 1837. No Brasil, foi adotada em 1856, trazida por José Álvares de Azevedo, que era cego. O Dia Nacional do Braille é comemorado na data de seu nascimento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Política pública

9h Definição da política pública a ser avaliada. Após, 16 itens, entre eles, o PL 585/2019, que inclui o diabetes mellitus entre as doenças que geram isenção de IR sobre aposentadorias.

CCT Redes elétricas inteligentes

9h O PLS 356/2017, que incentiva redes elétricas inteligentes, é um dos 14 itens.

CDR Ministro do Turismo

9h Audiência com Marcelo Álvaro Antônio, para apresentar ações prioritárias.

CCJ Mulheres na política

10h Entre 15 itens, o PL 1.256/2019, que acaba com cotas para mulheres na política.

CRA Crédito rural

11h Audiência para debater crédito rural.

PREVIDÊNCIA Comissão especial

14h Instalação da comissão de acompanhamento da reforma da Previdência.

CMA FGTS para energia limpa

14h Na pauta de 13 itens, o PLS 524/2018, que autoriza o uso de recursos do FGTS para geração de energias limpas.

MP 867/2018 Regularização ambiental

14h Audiência pública.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLS 260/2017, que modifica as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

MP 869/2018 Proteção de dados

14h30 Audiência pública. Entre os convidados, representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

MP 870/2019 Indicações para o Dnit

14h30 Instalação e eleição.

MP 871/2019 Fraudes na Previdência

14h40 Instalação e eleição.

MP 872/2019 Servidores da AGU

14h50 Instalação e eleição.

CADEIAS PRODUTIVAS Subcomissão

15h Instalação e eleição.

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

15h10 Instalação e eleição.

MP 876/2019 Registro de empresas

15h20 Instalação e eleição.

CMO Instalação e eleição

15h30 Instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Orçamento.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV



Foto: Agência Senado

A proposta foi votada no Plenário em dois turnos ontem, mesmo dia da Marcha dos Prefeitos a Brasília

Aprovado repasse direto de emendas a municípios

PEC, que segue para a Câmara, foi votada em dois turnos ontem. Texto permite a transferência direta de recursos federais para prefeituras e governos estaduais por meio de alteração no Orçamento

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição que permite a transferência direta de recursos federais para estados e municípios, por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. A PEC 61/2015 teve a tramitação acelerada para passar pelos dois turnos de votação no mesmo dia e agora segue para a Câmara.

O texto estipula que esses repasses poderão ser feitos sem a necessidade de firmar convênio com um órgão intermediário. A transferência poderá ser de dois tipos: como doação, quando um parlamentar apenas encaminhar um valor para que o governo ou a prefeitura use como preferir, ou com finalidade definida, quando a verba for carimbada pelo congressista para um uso específico no destino.

No caso das transferências com finalidade definida, o dinheiro não poderá servir para pagamento de pessoal (salários, aposentadorias e pensões). O dinheiro também não ficará sujeito a partilha com municípios. Já as transferências na forma de doação não têm essas restrições.

A autora da proposta é a ex-senadora e atual deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) e a versão aprovada teve como base relatório da ex-senadora Marta Suplicy. Se a emenda for promulgada, ela só entrará em

vigor no ano seguinte.

A aprovação da proposta coincidiu com a 12ª edição da Marcha dos Prefeitos. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, manifestou apoio à proposta.

— O Senado e a Câmara se comprometeram com esta matéria, que será a mais importante do ponto de vista operacional na vida dos prefeitos e governadores. As emendas muitas vezes serão a única condição que eles podem ter de realizar [investimentos], desburocratizando totalmente a transferência voluntária das emendas parlamentares para as prefeituras e para os governos estaduais — afirmou.

Pacto

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que relatou o texto no Plenário para algumas mudanças na redação, classificou as atuais regras de repasses como uma “comunhão do inferno”.

— A crise que está hoje instalada nos municípios não é deles, é de um sistema constitucional defeituoso. Felizmente já se anuncia uma concordância da União sobre uma grande reformulação do pacto federativo.

Senadores dirigiram críticas especialmente à Caixa Econômica Federal, responsável pela intermediação do financiamento de projetos. Para o líder do governo, Fernando

Bezerra Coelho (MDB-PE), o banco adota uma burocracia “excessiva”, que inviabiliza até mesmo os investimentos municipais mais básicos.

— Temos prefeituras que levam três, quatro anos para executar um convênio de R\$150 mil, da reforma de uma quadra, da construção de uma pequena escola, de um posto de saúde — disse.

Eduardo Girão (Pode-CE) manifestou preocupação com a situação do controle sobre o uso das verbas. Para ele, tirar a fiscalização da esfera federal em alguns casos, como faz a PEC, prejudicaria a transparência no uso dos recursos públicos encaminhados via emendas parlamentares.

Em resposta, Simone Tebet (MDB-MS) argumentou que a “maioria absoluta” dos gestores empenham corretamente os recursos que recebem e não precisam ficar sob suspeita. Simone também afirmou que os órgãos de fiscalização dos entes da federação não são lenientes com os mandatários.

— Perguntem para qualquer prefeito ou governador quanto tempo eles levam para se livrar das análises técnicas dos tribunais de contas dos seus estados depois que saem dos seus mandatos. Tamanho é o rigor, que eles levam quatro, cinco anos, prestando contas, pagando advogado, para se livrar de processos administrativos — afirmou.

Vai à sanção proposta que agiliza medidas de proteção à mulher

Projeto que facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres ou seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar, foi aprovado ontem pelo Plenário. A proposta (PLC 94/2018), que altera a Lei Maria da Penha e segue à sanção, passou em votação simbólica — quando não há registro individual de votos por existir acordo sobre o assunto.

O texto dá mais poder a autoridades do Judiciário e policiais na adoção das medidas protetivas. O projeto determina que, verificado o risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher, ou de seus dependentes, o agressor deve ser imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

A medida caberá ao juiz de direito, ao delegado de polícia (quando o município não for sede de comarca) ou ao policial (quando o município não for sede de comarca e não houver delegacia disponível no momento da denúncia).

Nos casos em que as medidas forem decididas por delegado ou policial, o juiz deverá ser comunicado em até 24 horas e decidirá em igual prazo sobre a manutenção ou a revisão da medida, comunicando a decisão ao Ministério Público.

Atualmente, a lei estabelece prazo de 48 horas para que a polícia comunique ao juiz sobre as agressões e só então

ele decida sobre as medidas protetivas.

O texto prevê ainda que o juiz determinará o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido e regulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), garantido o acesso do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos órgãos de segurança pública e assistência social.

Urgência

A proposta também prevê que, enquanto for verificado risco à ofendida ou à efetividade da medida protetiva, não será concedida liberdade ao preso. Para a relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), a mudança é urgente. Ela disse que há lugares no Brasil que ficam a centenas de quilômetros do juiz mais próximo.

— Quantos municípios estão sem delegados de polícia disponíveis? E sabem quem é que primeiro faz essa triagem na prática? É a Polícia Militar. Porque você liga o 190, a polícia vai parar na porta da sua casa e é lá, de fato, que ela resolve esses casos na maioria das vezes.

Também apoiaram a proposta os senadores Daniella Ribeiro (PP-PB), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Simone Tebet (MDB-MS), Rose de Freitas (Pode-ES), Leila Barros (PSB-DF), Humberto Costa (PT-PE), Weverton (PDT-MA), Rodrigo Cunha (PSDB-AL), Roberto Rocha (PSDB-MA) e Fabiano Contarato (Rede-ES).

Senado aprova regulamentação da equoterapia como reabilitação

O Plenário aprovou ontem a regulamentação da equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência. O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 264/2010 e agora segue para a sanção da Presidência da República.

O autor da proposta, senador Flávio Arns (Rede-PR), ressalta que a interação com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, o ato de montar e o manuseio final, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima. De acordo com o projeto, a prática passa a ser condicionada a um parecer favorável, com avaliação médica, psicológica e fisioterápica. A atividade deverá ser exercida por uma equipe multiprofissional, constituída por médico, médico veterinário e uma equipe mínima de atendimento composta por psicólogo, fisioterapeuta e

um profissional da equitação.

Também poderão fazer parte da equipe, sempre em abordagens individualizadas, pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores de educação física, desde que possuam curso específico na área da equoterapia.

Os centros de equoterapia somente poderão operar se obtiverem alvará de funcionamento da vigilância sanitária e de acordo com as normas sanitárias previstas em regulamento. O texto modificado na Câmara previa que apenas um laudo técnico emitido pela autoridade regional de medicina veterinária, atestando as condições de higiene das instalações e a sanidade dos animais, seria suficiente. Mas o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Otto Alencar (PSD-BA), considerou importante recuperar o texto original do projeto.

RÁPIDAS

APROVADA URGÊNCIA PARA AUTONOMIA DOS PARTIDOS

Os senadores aprovaram ontem urgência para o Projeto de Lei 1.321, de 2019, conhecido como proposta de autonomia dos partidos políticos.

O texto assegura aos partidos autonomia para definir os mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios. Do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), o projeto tenta pôr um ponto final em disputas entre as legendas e o TSE.

PECS PASSAM POR PRIMEIRA DISCUSSÃO EM PLENÁRIO

Duas PECs passaram ontem pela primeira sessão de discussão no Plenário. A 13/2015, de Roberto Rocha (PSDB-MA), insere no rol de direitos fundamentais do texto constitucional o “meio ambiente ecologicamente equilibrado”. A 31/2017, do ex-senador Antonio Carlos Valadares, confere legitimidade ao defensor público-geral federal para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

SENADO VAI HOMENAGEAR INDÍGENAS E 30 ANOS DE PALMAS

Dois requerimentos de sessões especiais foram aprovados ontem. Em 20 de maio, às 10h, serão comemorados os 30 anos de Palmas. O autor foi Eduardo Gomes (MDB-TO). Também foi aprovado o pedido do senador Telmário Mota (Pros-RR) para que o Plenário realize sessão especial em homenagem aos povos indígenas. A data do evento ainda será definida. O Dia do Índio é comemorado em 19 de abril.

Texto muda aposentadoria e benefício de parlamentar

Projeto que extingue o Plano de Seguridade dos Congressistas e aplica as regras do Regime Geral de Previdência Social começou a ser analisado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

OS SENADORES QUE vão discutir regras mais rígidas para a concessão de aposentadorias e benefícios previdenciários aos brasileiros também discutem mudanças no regime próprio de aposentadoria dos parlamentares. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) iniciou ontem a análise do projeto, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC) e aplica a eles as regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) administrado pelo INSS (PL 898/2019).

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) apresentou relatório favorável ao projeto, com uma emenda. No entanto, a análise foi adiada a pedido do senador Esperidião Amin (PP-SC), relator do projeto do senador Reguffe (sem partido-DF), que também propõe enquadrar os parlamentares como integrantes do RGPS (PLS 463/2018). Amin quer que as duas propostas sejam analisadas em conjunto.

Pela proposta de Randolfe, os atuais parlamentares já se enquadrariam na nova regra.



Texto de Randolfe, relatado por Kajuru, foi adiado a pedido de Amin

Apenas os já aposentados teriam direitos adquiridos. No entanto, emenda de Kajuru ampliou o alcance da proposta para abarcar também o antigo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), sistema anterior ao PSSC e extinto no governo Fernando Henrique Cardoso. Apesar da extinção, uma interpretação do Tribunal de Contas da União (TCU) permite aos parlamentares receber os recursos do IPC, com o acúmulo de outros benefícios, permitindo a soma de valores acima do teto salarial do serviço público (R\$ 39,2 mil).

— Como afirmar que princípios de igualdade, moralidade,

impressoalidade e razoabilidade devem ser respeitados por um cidadão que é obrigado a se sujeitar a um limite de R\$ 5,8 mil de aposentadoria quando ao deputado e senador é permitido receber R\$ 30 mil, R\$ 40 mil, R\$ 50 mil, acumulando benefícios que jamais poderão ser conquistados pela quase totalidade da população trabalhadora deste país? — questionou Kajuru.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), argumentou que iniciar a discussão seria inútil, já que a reforma da Previdência propõe mudanças semelhantes. Os integrantes da CAE, no entanto não concordaram.

Comissão debate salários e redução de terceirizados

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promoveu ontem audiência sobre terceirização de mão de obra e irredutibilidade de salários, especialmente no Senado.

O objetivo foi detalhar o Acórdão 2.758/2018, do Tribunal de Contas da União (TCU), que teve origem em pedidos de esclarecimentos sobre pregão eletrônico realizado pelo Senado em 2018 para contratação de serviços terceirizados na área de apoio administrativo.

Na ocasião, uma das empresas licitantes questionou ao TCU critérios do edital, como a definição de patamar mínimo salarial acima do

estabelecido na convenção coletiva das categorias. O TCU determinou que o Senado não prorrogasse o contrato decorrente do certame. Mas a decisão está suspensa, porque a Casa apresentou recurso.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que o intuito do debate foi apontar caminhos para impedir demissões ou diminuição de vencimentos. Para ele, os salários dos terceirizados não podem ser usados como justificativa para equilibrar contas. Ao questionar o Acórdão, Izalci Lucas (PSDB-DF) lembrou que a Câmara já foi autorizada pelo TCU a pagar até 30% além do piso aos terceirizados.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) defendeu o ajuste fiscal, mas sem prejuízos aos trabalhadores. E o vice-líder do PT, senador Rogério Carvalho (SE), se comprometeu em levar a causa ao colégio de líderes.

O diretor da Secretaria de Administração de Contratações do Senado, Rodrigo Galha, disse que o setor está comprometido com a busca de soluções para os terceirizados. Já o diretor executivo de Contratações, Wanderley Silva, declarou que a Casa tem trabalho para manter os colaboradores e os salários nos mesmos patamares. Ao explicar que o Senado trabalha somente com o controle e a gestão dos contratos, Silva informou que são as empresas que determinam eventuais demissões.

O procurador-geral do Trabalho Fábio Cardoso disse que a solução terá que ser intermediada pelo Senado. E a secretária de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU, Tânia Lopes, contou que a audiência pública ajudou na coleta de informações para que o órgão tome uma decisão final acertada.



Audiência foi requerida pelo presidente da comissão, Paulo Paim (E)

Senado instalará hoje comissão que vai acompanhar PEC da Previdência na Câmara

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, participa hoje da reunião de instalação da comissão especial do Senado destinada a acompanhar o andamento da tramitação da proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência (PEC 6/2019) na Câmara dos Deputados. A reunião de instalação está marcada para as 14h.

A comissão deverá acompanhar as audiências públicas e os debates sobre a PEC que ocorrerão na Câmara, tanto em suas comissões quanto em Plenário, e relatará o andamento dos trabalhos ao Senado. O colegiado também poderá realizar audiências públicas e elaborar sugestões a serem encaminhadas ao presidente da Câmara.

Criada por iniciativa do presidente do Senado, Davi

Alcolumbre, a comissão será composta por nove membros titulares e igual número de suplentes. O senador Otto Alencar (PSD-BA) será o presidente do colegiado e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o relator.

Mudanças

Apresentada pelo governo em fevereiro, a PEC 6/2019 aumenta a idade mínima e a alíquota de contribuição, além de acabar com o pagamento integral da aposentadoria por invalidez e com a cumulatividade de benefícios. O texto terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara antes de seguir para uma comissão especial formada especificamente para tratar do tema. Só então irá ao Plenário daquela Casa. Caso seja aprovada em dois turnos de votação pelos deputados, será enviada ao Senado.

Paim defende terceirizados do Senado

Paulo Paim (PT-RS) apresentou documento em defesa dos funcionários terceirizados do Senado, fruto de uma deliberação da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O senador relatou a situação de instabilidade desses trabalhadores, em decorrência de um acórdão do TCU, que determinou o fim de um contrato de terceirização de serviços. A possibilidade de demissões e de perdas de benefícios motivou a mobilização.

— Eu cumprimento a direção do Senado, que entrou com uma ação na Justiça. Essa redução foi barrada, mas, a qualquer momento, pode ser votada — disse.

Reguffe saúda Rose por mudar projeto sobre cartórios

Reguffe (sem partido-DF) agradeceu Rose de Freitas (Pode-ES) por aceitar, como relatora na CCJ, sugestões ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2017, que aumenta as taxas de cartório no DF.

Não terão aumento as taxas por reconhecimento de firma, reconhecimento de firma do Documento Único de Transferência (DUT) de automóveis, autenticação simples e registro de casamento. Já o valor das taxas de procuração e escritura pública sem conteúdo econômico, de procurações simples e de procuração com fins sociais e de concurso será reduzido.

Jayme Campos homenageia Cuiabá por seus 300 anos

Jayme Campos (DEM-MT) homenageou os 300 anos de Cuiabá (MT), inaugurada em 8 de abril de 1719. O parlamentar ressaltou que a capital viveu momentos de instabilidade econômica, até se transformar, no fim do século passado, no mais dinâmico polo agropastoril do Brasil. Ele destacou que, apesar de Mato Grosso equilibrar o país financeiramente, Cuiabá ainda sofre com a falta de recursos do governo federal.

— É a capital de um estado que é o celeiro do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto cobra governos por morte de músico no Rio

Os militares do Exército que mataram a tiros de fuzil, no Rio de Janeiro, o músico Evaldo dos Santos Rosa, se sentiram motivados pela retórica e políticas dos governos federal e do estado. A avaliação foi feita ontem por Humberto Costa (PT-PE).

O senador disse que o pacote anticrime encaminhado pelo ministro Sergio Moro afasta a punição de policiais que, em serviço, matem “sob forte emoção”.

— Temos de rejeitar essa legalização da pena de morte no Brasil — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Engenheiros negam que Vale soubesse de risco

Contestados pelo relator da CPI de Brumadinho, funcionários da mineradora afirmaram ontem que não tinham parâmetros para prever a instabilidade da barragem que rompeu

DOIS ENGENHEIROS RESPONSÁVEIS pela Gerência de Geotecnia da Vale negaram ontem, na CPI de Brumadinho, que a empresa tivesse conhecimento de eventual risco de ruptura da barragem Córrego do Feijão, que entrou em colapso no dia 25 de janeiro e provocou a morte de mais de 300 pessoas. Em fevereiro, eles chegaram a ser presos a pedido do Ministério Público de Minas Gerais porque, segundo os procuradores, sabiam da instabilidade da barragem.

A responsável pelo monitoramento da estrutura, Cristina Malheiros, disse que até dois dias antes da tragédia não havia “observação de anormalidade” no local.

— Isso aconteceu de forma abrupta, de forma rápida, sem nada, sem nenhuma demons-

tração — afirmou.

O relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), confrontou a funcionária da Vale com documentos colhidos pelo MP. Ele lembrou que, duas semanas antes do desastre, os medidores de pressão apresentaram sinais de que a barragem poderia se romper.

— Em 10 de janeiro, uma troca de e-mails confirmava que alguns piezômetros [medidor de pressão da água] passaram a apresentar leituras discrepantes. Cinco deles pararam de funcionar. No dia 23, os técnicos da Vale ainda estavam tentando decidir o que fazer.

Cristina disse que só foi in-

formada sobre os problemas nos piezômetros um dia após o desastre. Ela afirmou que não se sentiu traída pela Vale, mas criticou a postura da empresa alemã TÜV SÜD, contratada para inspecionar a estrutura.

— A alteração foi identificada num primeiro momento pela TÜV SÜD, que estava fazendo as leituras desses instrumentos. Isso foi reportado à Vale por meio de e-mails, dos quais não participei.

O segundo a depor foi o engenheiro Renzo Albieri, responsável pela gestão da barragem de Brumadinho. Ele disse que, até o momento da tragédia, a empresa acreditava na “estabilidade da estrutura”.

— Nosso sentimento de impotência é muito grande porque a gente não sabe as causas da ruptura — disse.

Viana leu na audiência pública trechos de e-mails em que Renzo Albieri reconhece que a Vale não estava preparada para executar o Plano de Ação de Emergência em Barragem de Mineração em Brumadinho. O senador lembrou ainda que, embora um radar tenha identificado anomalias na estrutura, nenhuma providência foi tomada.

— Sei que todos foram muito bem orientados a manter a mesma linha de defesa da Vale e dizer que tudo foi feito dentro da lei. Mas não foi. As informações são muito claras de que vocês detinham todos os dados técnicos para evitar que a barragem matasse pessoas. O que a gente tem ouvido aqui é o tempo todo que a Vale cumpriu o papel dela. Não cumpriu — disse Viana.



Cristina; a presidente da CPI, Rose de Freitas; e o relator, Carlos Viana

Raquel de Sá/Agência Senado

Convidados pedem autonomia de autoridade de proteção de dados

Condições de independência funcional e de autonomia financeira para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foram cobradas ontem pelos convidados de audiência na comissão mista da medida provisória que cria o órgão (MP 869/2018). Representantes do governo e especialistas divergiram sobre a capacitação do Conselho Diretor da ANPD — órgão que dará aplicação prática à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, de 2018) — e de sua adequação aos requisitos internacionais de compartilhamento de informações.

Segundo o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luís Felipe Salim Monteiro, a recriação da ANPD por medida provisória remove a situação de insegurança jurídica que levou ao veto do item da legislação original que a criava. O veto se deu porque o Executivo, não o Legislativo, deveria criar o órgão.

— O Executivo aguarda a aprovação da MP para instruir o processo da criação da estrutura que cabe à ANPD.

Representante da organização Coalizão Direitos na Rede, Bia Barbosa enfatizou a necessidade de adequar a legislação brasileira aos padrões internacionais, tendo em vista os 120 países que criaram leis de proteção de dados. Ela avalia negativamente a subordinação da ANPD à Casa Civil, argumentando que a falta de independência funcional do órgão pode causar obstáculos ao

compartilhamento de dados com a União Europeia.

A professora da Universidade de Brasília (UnB) Laura Schertel questionou a criação de um órgão da administração direta que tenha conselheiros com cargos que ela considere de responsabilidade abaixo da necessária para o cargo (DAS-5).

O advogado Fabrício da Mota Alves destacou a necessidade de segurança jurídica para atrair investimentos.

— Qual é a possibilidade de um encarregado de proteção de dados chamar a atenção para os erros de algum servidor hierarquicamente superior a ele? — indagou.

Cargos

O subchefe-adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Felipe Cascaes Sabino Bresciani, disse que a ANPD é independente e respeita a vontade do Congresso. Ele destacou que os cargos para o Conselho Diretor serão remanejados de outros postos. Representante da Associação Brasileira de Marketing de Dados, Vitor Moraes de Andrade considerou que seria ideal a vinculação da ANPD ao Ministério de Ciência e Tecnologia para viabilizar e incentivar os modelos de negócios sobre troca de dados.

Em nome da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Christina Aires Corrêa Lima pediu “aprimoramentos” do Legislativo à ANPD quanto a autonomia técnica e congregação de todos os setores e todos os ministérios.

TV Senado terá sinal aberto em 28 cidades do interior

O sinal aberto digital da TV Senado chegou ontem a 28 municípios do interior, em caráter experimental, graças a um acordo com a Câmara dos Deputados, que passou a levar o sinal a cidades onde a TV Câmara já era transmitida. Pelo acordo, o Senado se compromete a também levar o sinal da TV Câmara a futuras instalações de sua emissora.

A ampliação do alcance da

TV tem custo zero para os contribuintes, destacou o senador Carlos Viana (PSD-MG). Ele fez uma saudação às cidades mineiras que receberam o sinal: Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ressaltou a importância dos canais de comunicação do Senado.

Outros 21 municípios de cin-

co estados passaram a receber o sinal, a maior parte de São Paulo: Assis, Barretos, Bauru, Botucatu, Campinas, Franca, Jacaré, Jaú, Jundiá, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba. No Rio Grande do Sul, a TV chegou a Bagé, Rio Grande e Santa Maria. O sinal aberto digital alcança ainda Campos dos Goytacazes (RJ), Barreiras (BA) e Patos (PB).

Rogério pede arquivamento da CPI dos Tribunais

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) divulgou ontem parecer em que propõe o arquivamento do pedido de criação da CPI dos Tribunais Superiores. O relatório será apresentado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Carvalho é relator do recurso à CCJ apresentado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. No dia 26 de março, Davi decidiu arquivar o pedido de CPI com base em pareceres da Consultoria Legislativa e da Advocacia do

Senado, segundo os quais parte dos fatos usados para justificar a investigação estava fora dos limites da fiscalização do Senado. Em seguida, o próprio Davi remeteu a decisão para análise da CCJ. O parecer será ainda apreciado pelo Plenário.

Kajuru aposta em decisão de Plenário sobre investigação

Jorge Kajuru (PSB-GO) disse em Plenário que a decisão sobre a instalação da CPI dos Tribunais Superiores será o primeiro item da pauta da CCJ na reunião de hoje, segundo informou a presidente do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS).

Do senador Alessandro Vieira (PPS-SE), o requerimento para criar a CPI recebeu 29 assinaturas, duas a mais que o mínimo necessário.

— Já sei que vamos perder na CCJ, mas viremos aqui para o voto aberto no Plenário, conforme o presidente Davi Alcolumbre decidiu — disse o senador.

Plínio critica STF por adiamento de ação sobre 2ª instância

Plínio Valério (PSDB-AM) criticou as mudanças de posicionamento do STF sobre prisão após julgamento em segunda instância. A pedido da OAB, o tribunal adiou a sessão que definiria um entendimento sobre o tema.

— Como fica o cidadão que não sabe como proceder e nem sabe o que vai ser decidido na próxima reunião, diante da incerteza de mudanças abruptas de orientação na Suprema Corte do país, por força de contingências políticas ou de oscilação de temperamento?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier comemora manifestações a favor da Lava Jato

Lasier Martins (Pode-RS) comemorou as manifestações populares no fim de semana em diversas cidades pela continuidade da Operação Lava Jato. Segundo ele, quem saiu às ruas também pediu que o Senado crie a CPI dos Tribunais Superiores e a abertura de processo de impeachment do ministro do STF Gilmar Mendes.

— Inúmeros são os pedidos de impeachment engavetados, para que se saiba se há procedência ou não nas acusações. É uma obrigação da qual nós não devemos nos furtar — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Desportos escolar e inclusivo poderão ter mais recursos

Projeto aprovado em comissão aumenta a destinação de verbas das loterias federais para escolas, para os Comitês Olímpico e Paralímpico e para o incentivo do esporte a estudantes com deficiência

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que destina mais recursos das loterias para investimento no desporto escolar e na inclusão desportiva de pessoas com deficiência. O PLS 62/2015, do senador Romário (Pode-RJ), segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, do total dos recursos da arrecadação bruta das loterias federais direcionados aos comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) brasileiros e ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) — integrantes do Sistema Nacional do Desporto — pelo menos 15% serão aplicados no desporto escolar, em especial a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes com deficiência, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE).

Originalmente o projeto aumentava de 0,3% para 0,5% o percentual das loterias e outros concursos de prognósticos repassados para os comitês. Mas a Lei 13.756,



Marcelo Rodrigues/CPB/MPX

O projeto aumenta o repasse de verbas para o desporto inclusivo

de 2018, aumentou essas alíquotas, destinando entre 0,74% e 0,96% dos recursos, superando o previsto no texto. Por isso, a relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), redigiu um substitutivo, para contemplar o desporto escolar com mais recursos.

Revisão

Segundo Rose, a lei não especifica a destinação de recursos dos comitês desportivos ao desporto escolar, nem menciona programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes com deficiências.

— Trata-se de uma omissão a ser sanada, o que faremos

com a proposta — afirmou.

Na reunião de ontem, o presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM) indicou os integrantes da subcomissão temporária sobre o desenvolvimento econômico e regional, que será instalada hoje.

Serão titulares os senadores Rogério Carvalho (PT-SE), que propôs criar a subcomissão, Kátia Abreu (PDT-TO), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Rose de Freitas e Esperidião Amin (PP-SC). E suplentes os senadores Ângelo Coronel (PSD-BA), Jean Paul Prates (PT-RN), Cid Gomes (PDT-CE), Telmário Mota (Pros-RR) e Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

Comissão de MP aprova saque do FGTS para filantrópicas

A comissão mista da medida provisória que regulamenta pontos sobre as operações de financiamento para entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos participantes de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) aprovou ontem o relatório da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB).

A votação do texto sobre a MP 859/2018 estava prevista para a semana passada, mas foi adiada por um pedido de vista coletiva. A medida agora segue para votação na Câmara dos Deputados e, se aprovada, será enviada ao Senado.

A medida é um desdobramento da MP 848/2018, que criou uma linha de crédito com recursos do FGTS para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos.

Antes, o FGTS só podia ser aplicado em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. A MP 848 já foi transformada em lei, mas na prática, os empréstimos não estavam sendo feitos por pendências na regulamentação.

De acordo com o governo, como o objetivo dos empréstimos é emergencial e momentâneo, a medida determinou um prazo para que possam

ser feitos: até o final de 2022.

— Fizemos o trabalho buscando a melhor solução diante das dificuldades que hospitais filantrópicos enfrentam. Fica aqui o nosso desejo de buscar outras alternativas, já que o relatório aponta o que foi possível oferecer neste momento — disse a relatora.

O presidente da comissão, deputado Ricardo Barros (PP-PR), agradeceu o empenho dos parlamentares e a célere tramitação. O deputado Jorge Solla (PT-BA) afirmou que está preocupado com a taxa de juros, mas manifestou apoio à MP.

Comissão adia análise do Estatuto dos Animais após receber texto alternativo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação do projeto que cria o Estatuto dos Animais. Ontem Telmário Mota (Pros-RR) apresentou um voto em separado, um texto alternativo que será analisado pelo relator, Plínio Valério (PSDB-AM).

A proposta define uma série de regras referentes aos direitos, ao bem-estar e à guarda dos animais. Também altera a Lei de Crimes Ambientais, para aumentar a pena do crime de maus-tratos. O projeto, de autoria do ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e foi para a CAE.

O voto em separado de

Telmário resguarda manifestações culturais, como rodeios e vaquejadas. O texto original diz que “não serão toleradas práticas de maus-tratos sob a justificativa de tradição cultural, recreação ou exploração econômica”. O senador trocou tal comando por “não serão consideradas práticas de maus-tratos aquelas relacionadas à tradição cultural, recreação ou exploração econômica”.

Kátia Abreu (PDT-TO) chamou a atenção para possíveis impactos econômicos. A senadora lembrou que anualmente no Brasil são abatidas 24 milhões de cabeças de gado, sendo que 20% da produção são destinados ao exterior.

PROPOSTAS PARA O PLS 631/2015

Versão do relator, Plínio Valério:	Voto em separado do senador Telmário Mota:
São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais. Não serão toleradas práticas de maus-tratos sob a justificativa de tradição cultural, recreação ou exploração econômica	São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais, excetuadas as práticas desportivas que utilizem animais que sejam manifestações culturais, registradas como integrantes do patrimônio cultural brasileiro
São considerados maus-tratos o uso de substâncias químicas, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico do animal explorado para a prática desportiva, laboral, recreativa, publicitária ou artística, exceto se estritamente necessário e indolor ou em situações de emergência	São considerados maus-tratos o uso de substâncias químicas, objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico do animal explorado, exceto nas atividades relacionadas à tradição cultural, recreação ou exploração econômica
A pena para quem praticar ato de abuso ou maus-tratos e para quem ferir ou mutilar animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos é de reclusão, de um a dois anos, e multa. Essa pena é aumentada pela metade se ocorrer lesão grave e permanente do animal, e aumentada em dobro caso ocorra a morte do animal	A pena para esses casos é de reclusão de um a dois anos ou multa, e é aumentada pela metade caso ocorra a morte do animal. Incorre na pena o agente público que, sem justificativa fundamentada e baseada em exame técnico, sacrificar animais apreendidos (com exceção dos com doenças infectocontagiosas incuráveis), e o agente que deixar de soltá-los em seu habitat natural ou destiná-los a pessoas ou entidades idôneas

Santos Cruz vai explicar a colegiado divulgação de vídeo sobre golpe de 1964

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou o requerimento da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) para que o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, general

Carlos Alberto dos Santos Cruz, compareça ao colegiado e esclareça a participação governamental na publicação de um vídeo que, segundo ela, faz apologia ao golpe militar de 1964. A audiência foi agendada para 16 de maio.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Estatal para espaço aéreo tem relatório favorável

Relator da medida provisória que estabeleceu a Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., Flávio Bolsonaro apresentou ontem parecer a favor do texto, com duas modificações

O SENADOR FLÁVIO BOLSONARO (PSL-RJ) apresentou ontem uma nova versão para o texto da medida provisória que cria a Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil). Com um pedido de vista coletivo, a MP 866/2018 deve ser votada amanhã na comissão mista.

O relator aprovou parcialmente 2 das 15 emendas apresentadas. Uma delas muda o texto para expressar claramente que a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa.

A outra elimina a previsão de que o reajuste anual das tarifas de navegação aérea será feito pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O senador considerou inadequado fixar logo o índice, dado o seu efeito inflacionário



Deputado Mauro Lopes, presidente, e Flávio Bolsonaro, relator da MP

e o engessamento da atuação regulatória do Comando da Aeronáutica. O artigo passará a prever apenas a periodicidade anual do reajuste.

A MP autoriza o Executivo a criar a NAV Brasil, em decorrência da cisão parcial da Infraero. A estatal será criada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. O objetivo da empresa é implementar,

administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea. A NAV Brasil ficará vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, e terá sede no Rio de Janeiro.

Na exposição de motivos do governo foi destacado que a dedicação das atividades de navegação por meio de uma empresa estatal cujo único ob-

jetivo é a prestação de serviços de navegação aérea permitirá a alocação mais eficiente dos recursos.

Funcionários

O deputado Valtenir Pereira (MDB-MT) sugeriu o reaproveitamento de funcionários da Infraero que não serão incluídos nos quadros da NAV Brasil. A estatal deverá receber imediatamente em seus quadros cerca de dois mil funcionários que trabalham especificamente com navegação aérea.

A ideia é que o restante desses funcionários fosse incorporado em um quadro provisório da administração pública federal direta, em caso de extinção, privatização ou incapacidade da Infraero de gerar receita suficiente para custear as suas despesas, em decorrência da concessão dos aeroportos.

— Na medida em que eles forem se aposentando ou falecendo, esse quadro seria extinto sem reposição. Vários órgãos federais já têm, inclusive, funcionários cedidos da Infraero. Porque estão sobrando aí advogados, administradores, contadores, arquitetos, engenheiros. Por exemplo, a Defesa Civil Nacional está precisando de engenheiro. Esses funcionários podem ser aproveitados pelo INSS, pela AGU. Os órgãos federais transformariam eles de celetistas para estatutários, isso é possível — explicou o deputado.

Em resposta, Flávio Bolsonaro se comprometeu a levar a sugestão ao governo.

— Em algum momento vai ser necessário o debate sobre esse assunto. Então, será que já não é produtivo antecipar isso para dar maior tranquilidade e evitar o desgaste sobre que vai ser feito com essas pessoas?

Colegiado vota amanhã medida que abre companhias aéreas ao capital estrangeiro

A comissão mista da medida provisória que abre o setor aéreo ao capital estrangeiro adiou para amanhã, às 9h30, a votação do relatório preliminar. A votação foi suspensa em razão de pedido de vista dos senadores Jean Paul Prates (PT-RN) e Zenaide Maia (Pros-RN), contrários à MP 863/2018. A vigência da medida expira em 22 de maio.

Zenaide questionou a abertura de até 100% da participação acionária de uma empresa, já que “nos Estados Unidos e nos países da União Europeia é de 25%”, e Prates ressaltou que a Câmara ainda discute proposições com tema correlato.

O relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), favorável à abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro (hoje limitada em 20%), rejeitou as 21 emendas apresentadas. Ele apresentou apenas uma emenda de redação, atendendo a pedido de representantes dos aeronautas. Pela emenda, voos internacionais operados por empresas brasileiras deverão ter tripulantes brasileiros, mediante contrato de trabalho regido pela legislação brasileira, ressalvada a possibilidade

de no máximo um terço de comissários estrangeiros.

O senador destacou que a MP não permite a exploração do mercado doméstico a empresas aéreas estrangeiras. Empresas constituídas em outros países continuarão impedidas de realizar a chamada “cabotagem” — ou seja, o transporte aéreo de passageiros, carga e correio entre pontos no Brasil. Para que uma empresa aérea estrangeira queira explorar serviços aéreos públicos no país, ela deverá constituir uma subsidiária em território brasileiro e operar conforme a legislação nacional.

Ex-piloto, o deputado Celso Russomanno (PRB-SP) destacou os preços “absurdos” de passagens e a existência de estados que não contam com oferta de voos pelas quatro empresas que atuam no Brasil.

— A cobrança de bagagem não reduziu o preço das passagens porque existe um oligopólio. A bagagem é expurgada dos voos domésticos para se transportar eletroeletrônicos, que poderiam ser assaltados se transportados por rodovias.

Também ex-piloto, o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP) disse que a MP pode beneficiar

empresas em dificuldades financeiras, como a Avianca.

— O governo pesa muito hoje para o empresário de todas as formas, com taxas, multas, impostos, requerimentos, exigências. Temos custo muito alto. Iremos exigir que o governo faça a sua parte — afirmou.

Concorrência

Nota técnica da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado observa que os dispositivos legais alterados pela MP não promovem nenhum impacto sobre as despesas públicas. Com relação às receitas, ressalta que a ampliação da concorrência, com a abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, pode

gerar a elevação dos ganhos em futuras concessões.

A medida revoga diversos pontos do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA — Lei 7.565, de 1986), como o que estabelecia entre os critérios para a exploração de serviços aéreos públicos, que a companhia tivesse sede no Brasil, com direção exclusivamente brasileira e com 80% do capital social nas mãos de brasileiros.

A MP revoga ainda o artigo que estabelecia que os atos constitutivos de concessionárias de serviços aéreos públicos e suas alterações dependeriam de prévia aprovação da autoridade aeronáutica. Também foi revogada a determinação de que as concessionárias reme-

tam, no primeiro mês de cada semestre do exercício social, a relação completa de seus acionistas e das transferências de ações operadas no semestre anterior.

Histórico

A liberação do mercado aéreo para estrangeiros foi debatida pelo Congresso em 2016. Em março daquele ano, um mês antes de ser afastada pela Câmara no processo de impeachment, a então presidente da República, Dilma Rousseff, assinou medida provisória que, entre outros pontos, elevava o capital estrangeiro nas empresas aéreas para 49%, conforme previa a MP 714/2016. Durante discussão naquela Casa, o percentual subiu para 100%.

Diante de risco de derrota no Senado, onde a liberação do mercado aéreo não foi bem recebida, o então presidente Michel Temer fez um acordo para vetar a parte sobre a elevação do capital estrangeiro. A solução foi uma alternativa para salvar a medida provisória, que continha outros pontos importantes para o governo, como o perdão de dívidas da Infraero com a União.



Deputado Wellington Roberto e senador Roberto Rocha, presidente e relator

Comissão de Ciência e Tecnologia analisa instalação de redes elétricas inteligentes

Projeto para implantar redes elétricas inteligentes no Brasil deve ser analisado hoje pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Pelo texto, o consumidor poderá ter informações em tempo real do seu consumo de energia, da tarifa e da qualidade do serviço.

Também terá maior facilidade para gerar a própria energia e utilizar a rede elétrica como acumulador para uso posterior.

O PLS 356/2017, do senador Eduardo Braga (MDB-AM), incentiva a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elé-

trica com a implantação dessa nova arquitetura de redes.

Já em funcionamento em alguns países, as redes elétricas inteligentes, também conhecidas como smart grids, são automatizadas com medidores de qualidade e de consumo de energia em tempo real.

O sistema também é aplicado no combate à ineficiência energética, evitando a perda ao longo da transmissão. O modelo traz vantagens ainda para as distribuidoras, que poderão economizar com a possibilidade de fazer manutenção de forma remota.

Na justificativa do projeto, Braga destacou que todos ganham com a adoção dessa tecnologia e também apontou impactos positivos para o meio ambiente. A CCT terá a decisão final sobre a proposta, que tem voto favorável do relator, Paulo Rocha (PT-PA).

Avança incentivo ao uso racional de energia

Projeto aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura estimula construções que privilegiem a redução do consumo energético e prevê a divulgação de práticas sustentáveis

UM PROJETO QUE incentiva o uso racional de energia foi aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O PLS 284/2018 reforça a política urbana brasileira e a diretriz de estímulo a construções que privilegiem a redução do consumo de energia.

A proposta também estabelece a divulgação, nos meios de comunicação, de práticas de sustentabilidade ambiental nas edificações. O texto aprovado é um substitutivo do relator, Jaques Wagner (PT-BA).

Apresentado pela senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o texto original propunha que fossem concedidos incentivos fiscais para projetos de edificação urbana que implantassem sistemas próprios de geração. A proposta também exigia a aplicação de práticas de construção sustentáveis nas edificações da União.

Na justificativa, Rose afirma



Ao lado de Eduardo Gomes, Jaques Wagner defende o relatório que apresentou sobre texto de Rose de Freitas

que os sistemas de geração de energia foram simplificados nas últimas décadas, possibilitando que, em pequenas edificações, sejam implantados, por exemplo, painéis fotovoltaicos, que possibilitam a geração de energia a partir da luz solar.

— A sociedade precisa ser

orientada e perceber essa nova possibilidade tecnológica, perceber que pode gerar em sua própria residência energia suficiente para seu consumo — defendeu a senadora.

Apesar de reconhecer o mérito da iniciativa diante de um cenário de aumento do

consumo de energia, Wagner entendeu que a eficiência energética e a redução do consumo de eletricidade são ações mais importantes e mais amplas do que a exigência de edificações com sistemas próprios de geração de energia.

— Pode ser melhor para nos-

sa sociedade um imóvel concebido para consumir menos eletricidade do que um voltado para a geração de energia elétrica. Na nossa avaliação, o foco deve estar na conservação e no uso racional da energia elétrica. Isso pode significar, a depender da edificação, geração própria ou uma medida construtiva que privilegie a iluminação natural — defendeu o relator.

Quanto à exigência de que as edificações de propriedade da União ou por ela alugadas implantem sistemas próprios de geração de energia elétrica, o senador enfatizou que a medida poderia ser considerada inconstitucional por impor obrigações a outro Poder.

O projeto altera a Lei 10.257, de 2001, que regulamenta diretrizes da política urbana. O texto será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Especialistas divergem sobre regras para saneamento

“A cada real investido em saneamento básico, são economizamos R\$ 4 em saúde, e os indicadores das doenças causadas por falta de saneamento são derrubados”, disse Nelsinho Trad (PSD-MS) em audiência na comissão mista que analisa a medida provisória com mudanças no marco legal do setor.

Vice-presidente da comissão da MP 868/2018, o senador disse que o colegiado buscará garantir à iniciativa privada e às empresas públicas a possibilidade de investir para superar a “situação vergonhosa” do país.

A MP concentra na Agência Nacional de Águas (ANA) a competência regulamentar do serviço, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico para articular os investimentos e altera as formas de contratos.

A medida é uma cópia do texto da MP 844/2018, que perdeu a validade em novembro e foi reeditada no mesmo ano — ato questionado por senadores que argumentam que ela não poderia ser publicada no mesmo ano do arquivamento de uma similar.

A MP também altera a Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007), para, segundo o governo, aprimorar as condições estruturais do saneamento básico, e a Lei 13.529, de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados nessa área.

A medida propõe que a regulamentação de águas e esgotos, que hoje é atribuição dos municípios, se torne responsabi-

lidade do governo federal, por meio da agência reguladora, que ficaria responsável pela fixação das tarifas. Os contratos de saneamento passariam a ser estabelecidos por meio de licitações, facilitando a criação de parcerias público-privadas.

Privatização

Para o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), a grande virtude da MP é colocar o saneamento como prioridade na pauta do governo federal, mas parlamentares de oposição alegam que o texto abre caminho para a privatização do setor.

Na audiência, o assessor de saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Edson Aparecido da Silva disse que o setor tem como pilar o subsídio cruzado (compensação de preços) e, se houver privatização, as empresas se interessarão por municípios maiores, com menor necessidade de investimento e tarifas mais altas.

— Isso vai fazer os pequenos municípios, que recebem o subsídio dos mais rentáveis, ficarem desassistidos — afirmou.

O presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Roberval Tavares de Souza, disse que a fragmentação foi testada no Amazonas e no Tocantins e não deu certo.

— Não haverá universalização sem unir o setor público ao privado. Precisamos nos preocupar com a eficiência, quer pública, quer privada.

Souza previu que no modelo atual, a universalização dos serviços se daria em 2064. Mas,

com a MP, a universalização nunca acontecerá e a tarifa dos serviços será encarecida.

Na opinião do presidente-executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, a MP é acertada, pois “não há como o Brasil avançar sem mais investimentos e participação privada”. Ele lamentou que a mortalidade infantil no país, depois de anos em queda, tenha voltado a subir por falta de cuidado no saneamento.

— O Brasil investiu nos últimos oito anos R\$ 90 bilhões em saneamento, mas os indicadores não saíram do lugar. Continuamos em 83% da população com água tratada e metade do país sem coleta de esgoto apropriada — lamentou.

Universalização

Em nome da Associação Brasileira das Agências de Regulação, Alceu Galvão Junior, defendeu a MP por ter regulação “forte, atuante, autônoma e que gera segurança jurídica”. Já para o superintendente-adjunto da ANA, Carlos Motta, a regulação mais forte não resolverá a universalização.

— Você tira o prestador da zona de conforto para que ele faça o projeto acontecer, mas é difícil fiscalizar — reconheceu.

Segundo o senador Confúcio Moura (MDB-RO), a vantagem do texto é juntar as principais leis de regulamentação e passar para uma só competência.

— Hoje, os Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente, cada um tem uma competência. Levar todo esse trabalho para a ANA define um ponto de referência.

Ministro da Infraestrutura falará sobre obras em rodovias durante audiência

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem dois requerimentos para ouvir o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, em audiência pública a ser agendada.

Esperidião Amin (PP-SC) pede que o ministro explique atrasos na conclusão do Contorno Viário da Grande Florianópolis. De acordo com ele, a obra deveria ter sido concluída em 2012, mas até o momento a parte mais importante nem chegou a ser iniciada.

Já Styvenson Valentim (Pode-RN) quer informações sobre as obras de recuperação do viaduto da BR-101 em Goianinha (RN).

Segundo o presidente da CI, Marcos Rogério (DEM-RO), a comissão também deverá ouvir o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) sobre problemas em outras concessões de rodovias e ferrovias.

A CI provou ainda pedido de Eduardo Braga (MDB-AM) para debater a venda de gasodutos da Petrobras.

Paulo Rocha pede ações no transporte hidroviário

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou ontem que o desabamento de uma ponte sobre o Rio Moju, no Pará, no último sábado, após a colisão de uma balsa em um dos pilares, revela o descaso dos governos em relação ao transporte hidroviário na Amazônia.

O senador cobrou a inclusão dessa pauta nas prioridades de investimento dos governos locais e federal. Ele disse que o acidente resultará em prejuízos para a economia do Pará. Pela estrada e pelo rio são escoados produtos como dendê, grãos e minérios, informou.

Ele pediu ainda ações de proteção à Amazônia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru se solidariza com moradores do Rio de Janeiro

Jorge Kajuru (PSB-GO) se solidarizou com os moradores do Rio de Janeiro, que enfrentam, desde a noite da segunda-feira, enchentes e desabamentos provocados por fortes chuvas.

O senador disse que especialistas atribuem as tempestades às mudanças climáticas, mas afirmou que tragédias como essa poderiam ser minimizadas com medidas simples.

— Falta no Rio e em outras capitais um trabalho sério de prevenção de riscos em caso de temporais. São vários os fatores pelos quais quase todos são responsáveis, desde o morador que joga lixo na rua até a autoridade municipal, que não faz o trabalho básico de limpeza da rede de esgotos.